

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 44/2023, da reunião ordinária de 11 de setembro de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 44/2023

Reunião ordinária pública de 11 de setembro de 2023

Ao décimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Centro de Juventude de Braga, situado na Rua Santa Margarida, nº 6, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vitor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Presidente da Câmara iniciou a abertura ao período de antes da ordem do dia dando as boas-vindas a todos os presentes com uma saudação especial ao Vereador da CDU, Vitor Rodrigues, por assumir funções em pleno no executivo municipal. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que em nome do Partido Socialista propôs um **voto de louvor** à Vereadora da CDU, Bárbara Barros, pela sua dedicação à cidade, às suas causas e pelo seu empenho tanto no executivo como na Assembleia Municipal. Desejou, também, que “tudo lhe corra de boa bonança”, tanto na vida pessoal como profissional. Seguiu com um **voto de pesar** pela morte de Carlos Fontes, pessoa que consideram ter sido “incontornável na organização dos Encontros da Imagem” e na boa relação com o Município. Pelo **Presidente da Câmara** e em nome de todo o

executivo, foi unânime o voto de louvor a Bárbara Barros e o voto de pesar a Carlos Fontes. O **Vereador do PS, Artur Feio**, terminou a sua intervenção questionando o atraso na construção da nova ETAR, uma vez que a atual está sobrelotada e já existe um projeto aprovado, mas não iniciado e pode colocar em risco o financiamento nove milhões de euros que estão contemplados em fundos comunitários do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) com a obrigatoriedade de serem gastos até final deste ano. Afirmou ainda que, ao “perder esta oportunidade de financiamento o Município será onerado em 51%”. Em forma de resposta o **Presidente da Câmara**, esclareceu que a empreitada da nova ETAR já tem o visto do Tribunal de Contas e que ainda só não avançou porque “a APA pediu a atualização do estudo de impacto ambiental”. Garantiu ainda que “o financiamento comunitário não está em risco, até porque a própria APA está envolvida no processo”. Se a obra não avançar com verbas do POSEUR, avança com financiamento do Portugal 2030. -----

----- De seguida, interveio a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que, como **primeiro ponto** referiu a “colocação e retirada de lombas na Rua do Mazagão”, solicitando informações sobre o que realmente “ali será feito”, uma vez que os moradores se queixam, principalmente, da circulação de veículos pesados, causando “rachas nas fachadas dos edifícios”. Como **segundo ponto**, referiu as obras que ainda não iniciaram no espaço do mercado Cultural do Carandá, onde se tem vindo a “sinalizar problemas em alguns edifícios, nomeadamente, onde se encontra a companhia de dança Arte Total, sendo necessário perceber o ponto de situação e se irão, ou não, avançar com esses trabalhos”. Em resposta à **primeira questão**, o **Presidente da Câmara** informou que as lombas já foram retiradas uma vez que, a sua implementação, não correspondeu àquilo que se desejava. Em resposta à **segunda questão**, o **Presidente da Câmara** afirmou que já houve uma reparação mitigadora dos problemas para garantir a continuidade do funcionamento. Acrescentou, ainda, que está a ser “finalizado o projeto para a intervenção mais alargada e que o procedimento concursal deverá arrancar nas próximas semanas”. Informou, também, que existiu um acompanhamento e um diálogo com os utilizadores do mercado cultural para garantir que o funcionamento não era posto em causa e que os problemas mais circunstanciais fossem resolvidos. -----

----- A intervenção do **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, começou com desejos de um bom regresso ao trabalho a todos os presentes e a toda a comunidade educativa. Questionou de seguida o “ponto de situação do processo das pontas inclusivas”, pois foram contactados por alguns pais que afirmam que esta resposta ainda não está a ser dada a 100%”, apesar de em agosto ter sido apresentada uma solução para essa problemática. Reforçou mais uma vez, a disponibilidade do Partido Socialista para colaborar neste assunto, se necessário. Parabenizou o trabalho do “Dr. Carlos Videira relativamente ao projeto das

ajudas técnicas que foi apresentado” e que para o Partido Socialista “essa ideia de redundante nada tem”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** informando que foram abertas as inscrições para a participação neste programa e que estarão disponíveis até ao final do mês para todos os interessados. Revelou que a Câmara recebeu 19 inscrições para o serviço das chamadas ‘pontas letivas’ para alunos do 2.º ciclo ao ensino secundário com necessidades específicas, residentes no concelho. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que questionou, mais uma vez, acerca do Edifício S. Geraldo, e segundo informações dadas pelo Presidente da Câmara em reuniões de câmara anteriores, passou a citar, “já existe um projeto de arquitetura pronto para esse edifício e falta, apenas, saber se o mesmo é compatível com as fundações do edifício para que as obras possam começar”. Continuou aludindo que já passaram 21 meses e nada aconteceu, o que o faz presumir que ainda não se sabe se as fundações aguentam ou não com esse projeto. Referiu, também, que o contrato de arrendamento começou em agosto de 2017 e a Câmara Municipal de Braga já pagou em rendas cerca de 765.625,00 euros à Arquidiocese de Braga sem que avance efetivamente o projeto para o São Geraldo. Mencionou ainda que cerca de 500 mil euros desse valor “foram diretamente para o “lixo”, pois o Município só poderá descontar cerca de 273 mil euros na compra do edifício, “isto se a Santa Sé deixar vender”. Em resposta, o **Presidente da Câmara**, lembra que a Câmara, quando arrendou o espaço à Arquidiocese foi, também, pela pressão que se gerou na sociedade. “Havia, na altura um projeto privado que ia ser executado em articulação com a Igreja. A Câmara foi sensível ao repto de muitos cidadãos, de várias associações e dos partidos políticos para que o processo fosse travado e se optasse por outra solução mais de cariz cultural”. Continuou dizendo que a “Câmara não podia dizer à Igreja: não façam nada que nós vamos fazer todos os estudos que temos a fazer e depois é que começamos a pagar as rendas. Não é assim que funciona”. Aludiu que o valor mensal que a Câmara está a pagar pela renda do imóvel “é perfeitamente justo”, notando que “do ponto de vista das condições de mercado é um valor que até estará abaixo dos preços que são praticados”. Interveio o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, questionando o porquê de não se exercer a compra imediata do edifício, em vez de se “andar a gastar dinheiro todos os meses”. Questão à qual o **Presidente da Câmara** respondeu revelando que a “Câmara de Braga abordou a Arquidiocese, na pessoa do novo arcebispo primaz, no sentido de antecipar a compra do edifício de São Geraldo, onde o Município vai criar o Media Artes Centre, cujo concurso público é lançado até ao final do ano”. “Vão ser desenvolvidas negociações por ambas as partes no sentido de se chegar a um entendimento e para se ter em conta o que está estabelecido no contrato, que é poder consignar algumas das verbas das rendas à comparticipação da aquisição que se vier a estabelecer. ---

----- De seguida tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que agradeceu as boas-vindas que lhe foram transmitidas e referiu que se revê com as apreciações feitas à Vereadora Bárbara Barros e sublinha que a mesma continuará a participar no acompanhamento da vida da cidade e deste Município. **Questionou em primeiro** lugar a situação quanto ao espaço verde da Rua Luís Soares Barbosa, não apenas pela visita ao local que a CDU fez em conjunto com a comissão de moradores, mas também decorrente de notícias que vieram a público, quer nomeadamente a carta de resposta do senhor Presidente da Câmara à Comissão de moradores quer também a notícia do processo em tribunal pela empresa que ganhou o concurso “Braga Suprema” para a construção do Complexo Desportivo. Criticou o facto da empresa que ganhou o contrato para a construção do Complexo Desportivo, ao qual foi cedida a parcela onde vai ser instalado para que pudesse fazer uma hipoteca para o desenvolvimento desse projeto, ter movido um processo em tribunal à Câmara Municipal de Braga relativamente a um pertence de direito às taxas. Acrescentou, ainda, que é necessário a preservação de um espaço verde, mas também verificar as consequências em relação à passagem das águas salientando que a Câmara Municipal de Braga deveria abordar de outra forma o assunto dos espaços verdes em Braga uma vez que, o Município, não tem um parque verde digno do estatuto de ser a terceira maior capital de distrito do país e que, comparado com outras cidades, é difícil compreender como Braga ainda não tem um parque. De seguida, disse não concordar com a resposta que foi dada à comissão de moradores por parte do Presidente da Câmara quando afirmou a proximidade do parque das sete fontes uma vez que, nesse local, embora esteja previsto, ainda não existe nenhum parque urbano. Como **segunda questão** abordou novamente o tema do museu D. Diogo de Sousa e a intenção da sua desclassificação tendo em conta que, numa sessão anterior, foi colocada a intenção pelo Presidente da Câmara de se acordar um texto de uma proposta em torno do problema e anunciou que “se esta questão não for abordada nos termos em que o Sr. Presidente anunciou que era a tentativa de consensualização de um texto sobre esta matéria a CDU avançará com uma proposta própria relativamente a essa questão”. Em resposta à **segunda questão o Presidente da Câmara** referiu que o texto com a exposição unânime de todo o executivo sobre essa questão do Museu D. Diogo foi enviado, no início de agosto, para o Ministério da Cultura e que poderá ser disponibilizado aos Vereadores. Relativamente à **primeira questão** alusiva à Rua Luís Soares Barbosa o **Presidente da Câmara** referiu que os órgãos municipais deliberaram a celebração de um contrato que está adjudicado, licenciado, e que cumpre todas as etapas formais. O concessionário daquele projeto está habilitado, dentro das normas do concurso, a avançar a qualquer momento com o projeto não havendo discussão sobre o avanço porque ele está formalizado. Quanto à questão do processo em tribunal o **Presidente da Câmara** esclareceu que “são duas questões diversas,

uma questão é aquilo que está estabelecido no processo concursal que deu origem a um pagamento 1.000.000,00 euros por parte do concessionário ao abrigo do que está no caderno de encargos, outra coisa diferente é em termos de aprovação urbanística do projeto que foi imposto pelo Município, de acordo com as regras regulamentares, que eles teriam de pagar 700.000,00 euros adicionais de compensação por ser uma operação de impacto relevante e eles discordaram dessa questão e avançaram para tribunal.” Referiu, ainda, que o processo está do lado do concessionário para avançar, logo que entenda, de acordo com a licença que obteve do Município e das outras entidades. Pediu para intervir o **Vereador do PS, Artur Feio**, para esclarecer uma publicação do Presidente, que resultou numa notícia de jornal, em relação às decisões do PS onde dava a entender que o partido “vai à frente e depois volta atrás”. Explicou que, na abertura de qualquer processo, o PS vota, por defeito, a favor, de modo que o assunto vá a discussão e, só após essa discussão, é que o partido dá a sua própria opinião, que, neste caso, foi sempre desfavorável pelo facto de ser uma zona verde que careceu de investimento do próprio Município, investimento esse que “será deitado fora”. Esclarece ainda que o partido tomou mais consciência de que não faria sentido haver mais poluição numa zona já de si tão poluída, aquando o recebimento do relatório da comunidade da União Europeia que referia um índice de poluição muito elevado naquela zona em particular. Em resposta, o **Presidente da Câmara** esclareceu “não ter havido um juízo” mas uma informação objetiva do sentido de voto do partido socialista no processo.

----- **ORDEM DO DIA** -----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 05 de setembro de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ---

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. **Aprovação da ata n.º 43/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:** foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por maioria. O vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues, não participou na votação, de acordo com o n.º 5 do artigo 17.º do Regimento da Câmara Municipal de Braga.** -----

2. **Alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Braga, ao abrigo da norma habilitante prevista na alínea a) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua

versão atual.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

3. **Prorrogação do Prazo de Entrega das Propostas – Empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante máximo de 15.000.000€ para a aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB – Ratificação.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, para ratificação, o despacho da Vice-Presidente, datado de 10 de agosto de 2023, de prorrogação do prazo de entrega das propostas do empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 15.000.000€, para a aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

4. **Prorrogação do Prazo de Entrega das Propostas – Empréstimo bancário de médio e longo prazo até ao montante máximo de 15.000.000€ - Plano de intervenção em vias municipais – Ratificação.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submete-se, para ratificação, o despacho da Vice-Presidente, datado de 4 de agosto de 2023, de prorrogação do prazo de entrega das propostas do empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 15.000.000€, para o Plano de intervenção em vias municipais”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

5. **Alienação de Lotes no Parque Municipal de Sobreposta.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta de alienação em hasta pública dos lotes abaixo identificados, sítios no Lugar Regueiro, Freguesia de Sobreposta

(Operação de Loteamento nº 21/2007 e respetivas alterações), nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua versão atual. - Lote 7 - Área – 7.500,00 m² – Base de licitação €202.500,00;- Lote 11 - Área – 1.500,00 m² – Base de licitação €180.000,00;- Lote 12 - Área – 1.500,00 m² – Base de licitação €180.000,00;- Lote 13 - Área – 2.500,00 m² – Base de licitação €297.900,00.” O **Presidente da Câmara** informou que o Lote 11 ficaria condicionado para submissão numa próxima reunião do executivo. Tendo sido posteriormente esclarecido que o lote retirado da agenda foi o lote 13 e não o lote 11. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e remeter à Assembleia Municipal para aprovação dos lotes 7, 12 e 11.** -----

6. **Constituição de um direito de superfície relativamente à Escola EB1 de Celeirós a favor da Bragahabit.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de Constituição de um direito de superfície relativamente à Escola EB1 de Celeirós, sita na Rua de Monte Talegre, a favor da Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., com vista à candidatura à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário, ao abrigo das alíneas u) e o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que solicitou a retirada deste ponto da agenda referindo a necessidade de mais documentação e mais informação para que o voto do partido seja mais refletido. O **Presidente da Câmara** aludiu não ser possível a retirada do ponto devido a candidatura a financiamento comunitário e que carece da deliberação no imediato. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

7. **Unidade de Execução 6 do PU das Sete Fontes: Resultado da Discussão Pública e aprovação definitiva da Unidade de Execução 6.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, proposta final da delimitação da unidade de execução UE6 do PU das Sete Fontes, tornando-se necessário a divulgação da deliberação, relatório de ponderação e proposta final no sítio da Internet da Câmara Municipal.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS,**

Sílvia Sousa, que informou que o Partido Socialista faria chegar uma declaração de voto. De seguida o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, informou que o seu sentido de voto estaria condicionado com a rapidez com que a zona estaria ao serviço da população, referindo que seria importante que tal acontecesse ao mesmo tempo que a disponibilização da zona habitacional. O **Presidente da Câmara** explicou que o modelo de avançar com unidades de execução é a forma mais rápida para colocar o parque das Sete Fontes à disposição da população. Continuou dizendo que “nestas unidades de execução há áreas reservadas para construção, para espaço verde e para espaço florestal. O modelo que defendemos é que quando uma unidade de execução é formalizada, como acontece neste caso que votamos, haja uma parcela de terreno disponibilizada para o usufruto do público. Isto é fundamental porque nós não vamos adquirir todos os terrenos para o parque”. Lembrando ainda que a Câmara também aguarda a cedência de uma parcela por parte do Ministério da Saúde. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que se disponibilizou a responder às dúvidas dos restantes vereadores em qualquer momento e referiu que com esta operação urbanística vai finalmente conseguir a “cedência do privado para o público e ganhar 45 mil metros quadrados de área verde, dos quais 30 mil serão para o parque, e que esta Unidade de Execução permitirá a cedência de um terço do parque”. De seguida, afirmou que a “construção não vai prejudicar a entrada no parque, e que a ideia que a mesma ficará cheia de construção não faz sentido, uma vez que o parque terá construção no seu todo, algo que é conhecido e que foi votado por todos”. Mais comunicou que houve a preocupação com o projeto de permitir ao Município ir avançando com a cedência, à medida que são cedidas as parcelas de solo. O Vereador **da CDU, Vítor Rodrigues**, reiterou a sua questão, solicitando que lhe fossem dadas garantias de que o espaço público seria garantido ao mesmo tempo que o privado. Por fim, tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, referindo que o parque é já “irrelevante para os Bracarenses e que não terá a dimensão normal de um parque de cidade, devido aos declives e inclinações que afetarão a mobilidade de pessoas com dificuldades”. Afirmou ser necessário realizar um ponto de situação da negociação com o hospital, pois essa parte deverá ser aquela que verdadeiramente será utilizada transversalmente por todos os bracarenses. Referiu ainda que o “PS votou a favor com a premissa que lá fosse construído mais do que havia sido projetado, sendo uma vontade antiga do partido”. Terminou afirmando que não percebe por que motivo o presidente resolveu reiniciar todo o processo, quando o mesmo já estava praticamente estabelecido. Posteriormente, o **Partido Socialista fez chegar a seguinte declaração de voto**: *“Relativamente ao ponto 7 da Ordem de Trabalhos, designado Unidade de Execução 6 do PU das Sete Fontes: resultado da discussão pública e aprovação definitiva, os vereadores do Partido Socialista (PS) consideram que: 1. a concretização do parque eco monumental das Sete Fontes, mais do que uma promessa eleitoral, constitui, hoje, uma legítima expectativa da população bracarense, em particular, no que diz respeito ao seu pleno usufruto; 2. no atual contexto de uma agravada escassez de oferta de habitação no território, a promoção responsável de construção de novos fogos, deverá ser uma prioridade do município; 3. os processos relativos ao parque eco monumental das Sete Fontes, em geral, e ao plano de urbanização das Sete Fontes, em particular, revestem-se de uma inegável complexidade, agravada pela sua apresentação e aprovação parcelar; 4. as recorrentes*

propostas relativamente apenas à aprovação de projetos de construção na área do parque, suscitam dúvidas relativamente à priorização da concretização e disponibilização de um parque verde público. Assim, porque os vereadores do Partido Socialista revêm-se no projeto de concretização do parque eco monumental das Sete Fontes, mas consideram que a proposta apresentada não assegura que a dimensão ecológica e pública acompanhe a dimensão de urbanização, o Partido Socialista abstém-se neste ponto. Braga, 11 de setembro de 2023.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

8. Empreitada CPE.07.22. DMOSM: Inserção da Rede Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga - Variante da Encosta, Fraião” – 3.ª Modificação Objetiva ao Contrato – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 04/08/2023, que aprovou os trabalhos complementares, a minuta do contrato (3.ª Modificação Objetiva), e a prorrogação do prazo de execução.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

9. Concurso Público - Empreitada CPE.07.22. DMOSM: Inserção da Rede Pedonal e Ciclável no Centro Urbano de Braga - Variante da Encosta, Fraião – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 24/08/2023, que aprovou a não aceitação da reclamação apresentada pela Entidade Executante José Moreira Fernandes & Filhos, S.A, sobre o valor dos trabalhos complementares, correspondentes à 3.ª modificação objetiva ao contrato, da empreitada mencionada em epígrafe.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge**

Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

10. Contratação - Concurso Público - CPE.17.22. DMOSM: Empreitada de “Requalificação e Ampliação do Jardim de Infância de Gualtar”. Indeferimento do 2.º pedido de prorrogação do prazo para apresentação da caução/proposta de caducidade da adjudicação da presente empreitada – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 31/07/2023, que aprovou o indeferimento do 2.º pedido de prorrogação do prazo para apresentação da caução, inserido na proposta de caducidade da adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe.”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

11. Contratação - CPE.17.22. DMOSM - Empreitada de “Requalificação e Ampliação do Jardim de Infância de Gualtar” – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “ Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 30/08/2023, que aprovou a caducidade da adjudicação à entidade Crismaga, S.A; aprovou a adjudicação da empreitada ao 2.º classificado (entidade COSTEIRA – Engenharia E Construção, S.A) e simultaneamente aprovou a respetiva minuta do contrato”. **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

12. CPE.20.21. DMOSM - Requalificação do Centro Cultural Dr. Francisco Sanches – 3.ª Modificação Objetiva do Contrato – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 18/08/2023, para a execução de trabalhos complementares, no valor global de 76.036,03 € + IVA, da supressão de trabalhos no valor de 27.120,38€ + IVA e aprovação da prorrogação de prazo por 58 dias e da minuta do aditamento ao contrato.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria**

Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

13. **Empreitada - CPE.20.21. DMOSM - Requalificação do Centro Cultural Dr. Francisco Sanches” - aprovação da fórmula da revisão extraordinária de preços – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 26/07/2023, que aprovou a fórmula da revisão extraordinária de preços, da empreitada mencionada em epígrafe.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

14. **CPE.16.22. DMOSM “Eu Já Passo Aqui – Requalificação Da Av. Da Liberdade” – 1.ª Modificação Objetiva do Contrato – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 04/08/2023, que aprovou a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 61.140,86€ + IVA e a minuta do aditamento ao contrato.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes Da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

15. **CPE.27.20.DMOSM - Requalificação da Escola Básica de Figueiredo: 3ª Modificação Objetiva do Contrato – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 04/08/2023, para a execução dos trabalhos complementares, relativamente à empreitada acima identificada, no valor global de 45.961,82€ + IVA e aprovação da prorrogação de prazo por 32 dias e da minuta do aditamento ao contrato.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira,**

e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues. -----

16. **Concurso Público: CPE.13.23. DMOSM - Contratação: Empreitada de "Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente" - ratificação da aprovação da prorrogação do prazo para apresentação das propostas – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 02/08/2023, que aprovou a prorrogação do prazo para entrega das propostas até ao dia 25/08/2023, da empreitada mencionada em epígrafe." **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

17. **Concurso Público: CPE.13.23. DMOSM - Contratação: Empreitada de "Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente" – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 21/08/2023, que aprovou a proposta de resposta aos pedidos de esclarecimentos, retificação do mapa de quantidades e prorrogação do prazo para apresentação das propostas até ao dia 15/09/2023." **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

18. **CPE.13.23. DMOSM - Contratação: "Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente" – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 5/09/2023, que aprovou a proposta de resposta ao pedido de esclarecimentos, assim como a inclusão junto às peças do procedimento, das fichas técnicas complementares à resposta." **Deliberado ratificar por maioria, com**

os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues. -----

19. **Concurso Público - CPE.07.23. DMOSM - Contratação: Empreitada De “Ordenamento E Regularização Do Rio Torto E Ribeira De Panóias – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pela Sra. Vice-Presidente, em 16 de agosto de 2023, que aprovou, em substituição do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a adjudicação da empreitada em assunto e em simultâneo, aprovou a minuta do contrato.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

20. **Concurso Público - CPE.12.23. DMOSM - Contratação: empreitada de “Repavimentação dos Quarteirões Residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª Fase” – Ratificação.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 21/08/2023, que aprovou a proposta de decisão sobre os erros e omissões do caderno de encargos; ratificação do projeto de execução; alteração do mapa de quantidades e prorrogação do prazo para apresentação das propostas, assim como a alteração do preço base.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

21. **Lote 6 – Eu já passo aqui! - Resposta ao pedido de indemnização por prorrogação de prazo.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de indemnização no valor de 52.492,40€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à

manutenção do estaleiro, nos termos do previsto no artigo 354.º do CCP.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que informou que o Partido Socialista votaria contra, entrando em concordância com uma decisão já explicada no passado. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues e com os votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

22. 1.ª Alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família» - Início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do início do procedimento da 1ª alteração a efetuar ao Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «Braga Mais Família, nos termos do disposto no artigo 98.º do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.”. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues. Aviso nº 60/2023.** -----

23. Projeto da 2ª Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação – Consulta Pública. Foi apresentada a seguinte proposta: “ Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de submissão do projeto da 2ª Alteração ao Regulamento de Apoio à Habitação a Consulta Pública, para recolha de sugestões, na 2ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias, nos termos previstos no artigo 101.º do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues. Aviso nº 61/2023.** -----

24. Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética – Início do Procedimento.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do Início do Procedimento da criação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, nos termos do disposto no artigo 98.º do DL n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que questionou a existência de uma estimativa do universo abrangido por este regulamento. Em resposta, tomou a palavra o **Administrador Executivo da Bragahabit, Carlos Videira**, que esclareceu que em Portugal existem 800.000 famílias beneficiárias desta tarifa, sendo já este o critério da 1ª edição. Acrescentou que no presente têm na 1ª edição, 147 vouchers atribuídos a mais de 350 famílias candidatas, transitando algumas para esta 2ª edição. Referiu ainda, acreditar que, com o mesmo valor aprovado por parte do Município de Braga e com as novas candidaturas se chegará a um universo de mais de 200 famílias. **Deliberado aprovar por unanimidade. Aviso nº 62/2023.** -----

25. 1.ª Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária Para Habitação

Própria e Permanente – Aprovação Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, a proposta da 1.ª Alteração ao Regulamento de Apoio Extraordinário à Prestação Bancária para Habitação Própria e Permanente, nos termos das alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Aviso nº 63/2023.** -----

26. Regulamento do Programa Viva o Bairro – Aprovação.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Regulamento do Programa Viva o Bairro, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

27. Regulamento De Apoio à Aquisição de Bicicletas e Acessórios – Aprovação.

Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Apoio à Aquisição de Bicicletas e Acessórios, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo

33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

28. Adenda ao protocolo celebrado com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens – Ratificação. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação, a celebração da adenda ao protocolo estabelecido com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ).” **Deliberado ratificar por unanimidade.** -----

29. Ratificação de dois Protocolos de colaboração para assistência ao Heliporto do Hospital de Braga pelos Bombeiros Sapadores de Braga a celebrar entre Hospital de Braga, E.P.E., e o Município de Braga. “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, as seguintes propostas: **a)** Revogação da deliberação do Executivo Municipal de 24 de julho de 2023 (Ponto 18), que determinou a aprovação do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Hospital de Braga, E.P., com fundamento na alteração das circunstâncias que o determinaram; **b)** A aprovação de dois protocolos de colaboração a celebrar entre o Hospital de Braga, E.P.E., e o Município de Braga, ao abrigo do artigo 23.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. **c)** Ratificação dos Protocolos, já assinados, ao abrigo do disposto no artigo 35º, nº 3 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. **Deliberado ratificar por unanimidade.** -----

30. Ratificação do protocolo de colaboração entre o Regimento de Cavalaria n.º 6 e o Município de Braga 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão do Sr. Presidente da Câmara de que aprovou a celebração do protocolo nos termos do previsto na alínea j) do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a possibilidade prevista no nº 3 do artigo 35.º da referida Lei e artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo.” **Deliberado ratificar por unanimidade.** ---

31. Contrato-programa a celebrar entre o Município de Braga e os TUB –Transportes Urbanos de Braga, E.M., para a realização do serviço público de transporte escolar especializado – School Bus para Todos. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, o contrato-programa a celebrar com a empresa municipal TUB –Transportes Urbanos de Braga, E.M., a iniciar no ano 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.” Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vitor Rodrigues**, que questionou se as escolas secundárias do centro da cidade estão contempladas a entrar no presente projeto. Tomou a palavra o **Administrador Executivo dos**

Transportes Urbanos de Braga – EM, Teotónio dos Santos, que informou que este transporte será um transporte de qualidade, onde os alunos viajarão todos sentados com um vigilante por cada trinta alunos. Referiu, que este transporte irá servir as escolas principais do Concelho, essencialmente as EB 2, 3 mais afastadas do centro da cidade. Esclareceu ainda que, os alunos das escolas secundárias do centro da cidade utilizam a rede regular, onde será aumentada a oferta a partir do momento em que o School Bus comece a funcionar. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

32. Adendas aos Contratos-programa celebrados entre o Município de Braga e as Empresas Municipais Teatro Circo de Braga, E.M. S.A. e Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga. Foram apresentadas as seguintes propostas: Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior acompanhamento, fiscalização e apreciação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 47º da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a celebrar com as seguintes empresas municipais, as propostas de adendas aos Contratos-programa de 2023, celebrados entre o Município de Braga e as seguintes empresas municipais: **a)** BragaHabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga; **b)** Teatro Circo de Braga EM, S.A. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

33. Propostas de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para as épocas de 2022/2023 e 2023/2024: Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, para aprovação do Executivo Municipal, nos termos enunciados no n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, os seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga: **Época Desportiva 2022/2023:** **a)** Federação de Ginástica de Portugal, no valor de 5.997,00€ (inscrições/seguro); **b)** Associação Wado Internacional Karaté Portugal, no valor de 9.499,00€ (inscrições/seguro); **c)** Federação Portuguesa de Ténis, no valor de 50.000,00€ (IV Braga Open); **d)** Grupo Desportivo e Recreativo Santa Tecla, no valor de 50.000,00€ (2ª fase de qualificação da sede). **Época Desportiva 2023/2024:** **e)** Académico Basket Clube de Braga, no valor de 205.920,00€ (nº de atletas); **f)** H.C. Braga, Hóquei em Patins SAD, no valor de 68.000,00€ (nº de atletas). **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

34. Contrato de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas para a gestão de refeitórios escolares com gestão direta. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do

Executivo Municipal, para posterior autorização da Assembleia Municipal, a minuta de contrato interadministrativo a estabelecer com o Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Agrupamento de Escolas de Braga Oeste e Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, para a gestão dos refeitórios escolares, em conformidade com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para autorização.** -----

35. Contratos Interadministrativos de delegação de competências – Freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de Tadim, para execução da obra denominado “Projeto – Requalificação do Recreio Coberto da EB1 Estação – (Honorários)”, no valor de 4.305,00€; **b)** União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para execução da obra denominada “Trabalhos Complementares – Requalificação da Rua do Calvário - Morreira”, no valor de 26.585,01€; **c)** Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada Requalificação da Rua da Veiga - Palmeira, no valor de 147.331,11€; **d)** Freguesia de Guisande e Oliveira (S. Pedro), para a execução de obra denominada “Requalificação e alargamento da Rua da Cabrita – Guisande”, no valor de 119.467,48€; **e)** União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, para a execução da obra denominada “Construção do Parque de Lazer da Rua do Sobreiro – Ferreiros”, no valor de 15.018,13€; **f)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro para execução do projeto denominado “Honorários/Projeto -Requalificação e Alargamento da Rua do Penedo da Cruz - Aveleda”, no valor de 7.420,00€; **g)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução da obra denominada “Requalificação e Alargamento da Rua de Cistos - Vimieiro”, no valor de 9.164,00€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** ----

36. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Arentim e Cunha, no valor de 1.588,89€, para apoiar a “Remoção E Transplantação De Árvore No Largo Do Foral – Cunha”; **b)** Junta de Freguesia de Lamas, no valor de 23.971,32€, para apoiar a “Modelação do terreno e abertura de caminhos na Bouça do Paço”; **c)** Junta de Freguesia de Palmeira, no valor de 23.554,50€, para apoiar o “Projeto do Parque de Estacionamento da praia fluvial de Palmeira”; **d)** Junta de Freguesia de Palmeira, no valor de 23.322,34€, para a colocação de relva sintética no Recinto Polidesportivo do Loteamento da Quinta de S. José; **e)** Junta de Freguesia de Merelim S. Pedro e Frossos,

no valor de 10.000,00€ para apoiar a “Aquisição de viatura para a Unidade Local de Proteção Civil”; **f)** União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, no valor de 11.140,00€, para apoiar o “Projeto de alargamento da Rua da Igreja – Fradelos”; **g)** União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, no valor de 17.869,82€, para apoiar o “Alargamento da Rua da Paz e Repavimentação da Rua da Escola – Semelhe”; **h)** Junta de Freguesia de Ruilhe, no valor de 7.790,58€, para apoiar a “Substituição de equipamentos fitness no Parque da Rua do Ferreiro”; **i)** Junta de Freguesia de Priscos, no valor de 3.838,46€, para apoiar a “Requalificação da Rua do Pinheiral - Priscos”; **j)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 3.854,16€, para apoiar a “Vedação do parque de estacionamento do Clube Desportivo de Celeirós”; **k)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 2.171,74€, para apoiar a “Requalificação do muro da Capela Mortuária da Aveleda” **l)** Junta de Freguesia de Palmeira, no valor de 24.440,10€, para “Aquisição de estrutura modelar para funcionar como sala de aula na EB 1 Bracara Augusta”; **m)** Junta de Freguesia de Tebosa, no valor de 18.878,60€, para o “Alargamento do entroncamento entre a Rua do Cardeal e a Rua da Bicaíinha”; **n)** Junta de Freguesia de Crespos e Pousada, no valor de 5.252,30€, para a “Requalificação dos balneários do polidesportivo de Crespos – Trabalhos Complementares”; **o)** Junta de Freguesia de Lomar e Arcos, no valor de 954,00€, para a “Limpeza de terreno na Rua Cruzeiro do Monte – Lomar”; **p)** Junta de Freguesia de Tadim, no valor de 1.500,00€, para a Feira Franca de S. Bartolomeu que se realizou no dia 27 de agosto de 2023; **q)** Junta de Freguesia de Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães, no valor de 25.325,27€, para “Despesas de remodelação das casas de banho e infraestruturas de apoio a realizar na Praia Fluvial de Merelim S. Paio”. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que pediu esclarecimentos quanto à necessidade de uma estrutura modelar na EB 1 Bracara Augusta. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Carla Sepúlveda**, que referiu o aumento do número de alunos na escola, mas sobretudo pela necessidade de reorganizar os espaços, sendo esta uma estrutura modelar temporária. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

37. Atribuição de apoios financeiros a entidades. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, e ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, no valor de 6.000,00€; **b)** Delegação de Braga da Liga Portuguesa Contra o Cancro, no valor de 1.800,00€; **c)** Associação Planet Capacity – UAI (União, Apoio e Integração), no valor de € 2.952,00€; **d)** Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada, no valor de 5.080,76€, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, por motivo de urgência relacionada com a necessidade dos Agrupamentos de Escolas/Escola não Agrupada procederem à regularização, o quanto antes, dos créditos juntos dos respetivos

fornecedores, sob pena de estes interromperem o fornecimento. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

38. **Outras isenções/reduções/taxas.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º (reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal). **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.** -----

39. **Pedido de isenções – Indeferimento.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado indeferir por unanimidade.** -----

40. **Normas de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares | Refeitórios Escolares da rede pública dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do Município de Braga para o ano letivo 2023/2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal proposta relativa às Normas de Acesso e Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares, nos refeitórios escolares da rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário do Município de Braga, no ano letivo 2023/2024, de acordo com o disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Dec. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Edital nº 504/2023.** -----

41. **Normas de Funcionamento do Programa Regime Escolar para o ano letivo 2023/2024.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa às Normas de Funcionamento do Programa Regime Escolar para o ano letivo 2023/2024, que prevê a distribuição de leite, produtos lácteos e fruta aos alunos do Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Estabelecimentos de Ensino Público.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino**

Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues. Edital nº 506/2023. -----

42. **Concurso de fotografia “Braga Natural 2023”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de Normas do Concurso de Fotografia “Braga Natural 2023”, e respetiva estrutura de premiação, no âmbito das atribuições e competências previstas na alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e do Vereador da CDU, Vitor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. Edital nº 507/2023.** -----

43. **Aprovação da ata em minuta. Deliberada aprovar por unanimidade.** -----

Foram propostos, pelo Presidente da Câmara, os seguintes votos de louvor: -----

---- **Voto de louvor à equipa de Futebol de Praia do Sporting Clube de Braga,** que se sagrou Campeã Nacional desta modalidade pelo terceiro ano consecutivo, no passado dia 03 de setembro em Nazaré, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo título alcançado e por revelar uma aposta muito conseguida sendo motivo de júbilo para todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor ao atleta Daniel Tavares,** que se sagrou campeão Nacional de Juvenis em prova de natação de 50m e 100m livres em Coimbra, no fim de semana de 29 e 30 de julho, que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme caráter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas e na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor ao atleta do Clube de Ténis do Braga, Rodrigo Fernandes,** que se sagrou Campeão Nacional de Juvenis, em prova realizada nos dias 26 e 27 de agosto, em Monte Aventino no

Porto, pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caracterizadas por um enorme caráter e perseverança e motivo de júbilo a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor à equipa do Clube dos Caçadores de Braga**, que se sagrou Campeã Nacional de Tiro às Hélices, nos dias 02 e 03 de setembro em Matosinhos, pelo título alcançado e por revelar uma aposta muito conseguida sendo motivo de júbilo para todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor à atleta do Sporting Clube de Braga, Vanessa Carvalho**, que se sagrou Campeã Nacional Absoluta, em 5000m, prova realizada a 30 de julho, em Braga pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme caráter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas e na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor à atleta do Sporting Clube de Braga, Mariana Machado**, que conquistou o título de campeã Mundial Universitária nos FISU World University Games, prova realizada em Chengdu, China, a 5 de agosto pelo título alcançado e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme caráter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao Sporting Clube de Braga pelo seu trabalho na formação de atletas e na divulgação e promoção de variadas modalidades desportivas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de louvor ao aluno Gustavo Santos**, do Agrupamento de Escolas André Soares, primeiro jovem de Braga a integrar a iniciativa “Astronauta por um dia” da Agência Espacial Portuguesa durante o ano letivo 2023/2024. Congratulamos o Gustavo Santos, a sua família, o Agrupamento de Escolas André Soares e os seus professores pela perseverança e trabalho árduo na conquista desta distinção. -

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- A **primeira cidadã** a intervir começou por referir que, há quatro semanas, resgatou uma gata na região de Real e, conforme o procedimento, contactou a ambulância animal onde foi informada que se o

animal não se encontrava doente, teria de contactar o CRO (Centro de Recolha Oficial – AGERE). O CRO informou a cidadã de que não tinha vagas, e que, dado a situação da falta de espaço, a gata teria de ser levada para o hospital veterinário de Real, hospital esse que foi contactado pelo CRO. Quando a cidadã se deslocou ao hospital foi informada que a gata não possuía chip e que também não era possível permanecer naquele local porque o CRO só a enviou para o mesmo verificar se o animal teria chip ou não. Contestando a informação que lhe foi dada, a cidadã explicou que não levaria o animal para casa fazendo com que a gata acabasse por ficar aos cuidados do hospital. Posteriormente, foi informada a cidadã que todos os custos do internamento seriam incumbidos à pessoa que a deixou lá, algo que foi, também, contestado pela cidadã uma vez que a gata foi encontrada ao abandono e o procedimento seguido foi o indicado. A cidadã acrescentou que “a gata já está lá há um mês, e já tem uma família adotiva”. De seguida, questionou, ainda, se a informação que lhe foi transmitida está correta, ou seja, se qualquer cidadão poderá recolher um animal de rua e levá-lo para o CRO, ou se corre o risco de ter de pagar todos os custos associados. Após, referiu a existência do programa CED (Capturar-Esterilizar-Devolver) para gatos e que gostaria de saber se já existe um programa idêntico também para cães. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, que esclareceu que há procedimentos que estão estabelecidos e que têm de ser cumpridos, os bombeiros têm uma viatura de socorro animal e a função deles é o resgate de animais acidentados e não animais abandonados, sendo esta última uma competência do CRO. Esclareceu que a gestão do CRO é com a AGERE não com a Câmara Municipal e solicitou que a cidadã lhe enviasse um email a expor a situação. Por último, afirmou que não era possível um CED para cães uma vez que a lei não permite esse programa para cães. -----

----- Seguiu-se a intervenção do **segundo cidadão**, alertando para as “perturbações sonoras que continuam a prejudicar a qualidade de vida” dos moradores de Palmeira, mas também de localidades vizinhas como Lago e Soutelo, pelo bar Bicaú instalado na praia fluvial da Ponte do Bico que, “não possui barreiras de som” e “promove eventos até às 4 horas da madrugada”. Referiu ainda que já foram feitas várias exposições à Câmara e à GNR sobre este assunto, mas sem efeitos. “A situação é insustentável para os moradores que pedem medidas concretas”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para esclarecer que o bar, inicialmente não estava licenciado urbanisticamente, mas uma vez que cumpria os requisitos das normas municipais foi aprovado esse licenciamento. Referiu ainda que, o horário de funcionamento iria ser revisto para, no máximo, até às 2 horas da manhã e finalizou, comunicando que o referido bar já foi alvo de processos de contraordenação. -----

----- Tomou a palavra a cidadã **Margarida Viana** que procedeu à leitura de documento relativo a: “em 2019, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, divulgou aos seus seguidores da rede social Facebook a construção do Complexo Desportivo Municipal Supera, e nesse momento surgiram muitas críticas. O jornal online “O Minho” replicou a notícia. Desde essa data o silêncio imperou e o assunto só voltou à tona em 2023, através de um outdoor colocado no local. Porém, apenas no dia 11 de julho vedaram o espaço e voltou o silêncio. Peço que prestem atenção ao seguinte parágrafo do Jornal Expresso (junho 2023) acerca das temperaturas elevadas no nosso país. “Entre as medidas de adaptação a ondas de calor equacionadas no planeamento urbano constam, por exemplo, a inclusão de infraestruturas verdes, “com árvores, de preferência autóctones e de folha caduca, uma vez que a evapotranspiração tem o efeito de baixar as temperaturas.” Voltemos à cronologia. Em 2015, o Sr. Vereador Altino Bessa cumpriu com a sua função permitiu a inclusão de árvores naquele espaço, afirmando que este seria o passo a citar: “o Novo pulmão verde da cidade”, fim de citação. Perante este entusiasmo do senhor vereador do ambiente os moradores pediram equipamentos para aquele espaço, parque infantil, mesas, bancos e iluminação. Apesar destes equipamentos nunca terem sido colocados, o espaço foi mantido limpo e conservado. Hoje as árvores do nosso espaço verde estão crescidas e saudáveis, cerca de 50. São 50 árvores, pagas com o dinheiro de todos nós, que dão um contributo jamais quantificável em bens materiais. Aquelas 50 árvores contribuem para a redução do ruído, calor, permeabilização dos solos, entre outras. Se este projeto avançar soma-se à progressiva impermeabilização dos solos, seja por novas construções ou pelo alargamento da rede viária, tanto nas zonas mais baixas, como de forma, quase contínua, na encosta. Este foi um processo fragmentado que não teve em conta os efeitos cumulativos sobre o sistema hídrico. Na Rua Luís Soares Barbosa quase todos os prédios tem bombas a retirar água das garagens, vamos agravar ainda mais este problema? Estão cientes que a Torre nº47/49 esteve 10 anos em construção porque não se conseguia eliminar a água dos pisos subterrâneos? Desvaloriza-se assim o papel do Sr. Vereador Altino Bessa, com os pelouros do Ambiente e Alterações climáticas? Qual a opinião do senhor vereador por o executivo ao qual pertence desmerecer assim o seu trabalho? Qual a opinião de todo o executivo acerca da construção de mais ginásio nesta zona da cidade? Qual a opinião dos Senhores Vereadores, em especial os do PS e da CDU, acerca do assunto? E qual a vossa posição, que medidas pensam tomar? Aproveito para deixar uma nota que este sábado por volta das 13 horas caiu uma chuvada como toda a gente sabe na nossa cidade e entrou água nas nossas garagens, vamos agravar mais o problema, mas tudo bem. Aproveitamentos, ainda, para solicitar uma resposta ao Sr. Vereador Altino Bessa ao email que os

moradores enviaram no dia 21 agosto 2023, às 08:51. Muito obrigada. Comissão de moradores Rua Luís Soares Barbosa". -----

*----- Posteriormente interveio o cidadão **Miguel Lopes** que procedeu à leitura de documento alusivo a: "Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio Vereadoras e Vereadores, a minha intervenção diz respeito à importância da preservação da zona verde pública junto à rua Luís Soares Barbosa, perto dos acessos ao Hospital de Braga, onde o município autorizou a construção de Complexo Desportivo de natureza particular. Num documento enviado pelo Sr. Presidente à comissão de moradores, a 15 de agosto, como resposta às interpelações que esta comissão lhe enviou, refere o seguinte: "A iniciativa do Sr. Vereador Altino Bessa foi meritória, por permitir a arborização de um espaço que estava totalmente vetado ao abandono, mas voluntarista, por desconhecer as características do terreno em questão e o seu potencial aproveitamento para outros fins. De uma forma clara, se a camara não tivesse efetuado essa conceção, estaria hoje seguramente a ceder o terreno para uma valência social, atendendo às suas boas acessibilidades às características urbanísticas do solo, em linha com o que fez para a criação de uma creche em Gualtar. "Sendo eu um dos inúmeros cidadãos que, em 2013, participaram na PRIMEIRA ACÇÃO DE REFLORESTAÇÃO realizada em vários espaços verdes da cidade e, em novembro, de 2015 tenha sido feito naquele espaço em concreto, cumpre-me louvar essa iniciativa do Sr. Vereador Altino Bessa que deixou, em muitos de nós, a esperança de que esse espaço público, como outros onde plantámos árvores, seriam espaços dedicados ao bem estar e qualidade de vida dos residentes e promotores da biodiversidade, neste caso pela proximidade ao futuro Parque Verde das Sete Fontes. Esperava-se que esse espaço onde plantámos árvores, agora crescidas, se mantivesse como solo permeável, de modo a absorver água em dias de pluviosidade extrema, uma vez que essa área, onde já há muita água, está quase toda impermeabilizada. Estranha-se que, depois de 2015, essa plantação fosse acompanhada pelos serviços camarários, em 2018 tenha havido replantação de árvores e, entretanto, por motivo que desconhecemos (!), tenha havido uma decisão contrária, atribuindo o único espaço verde público, nas imediações da área residencial altamente povoada, a uma empresa, para aí construir um Complexo Desportivo. Louvo o papel que o Sr. Vereador Altino Bessa teve até meados de 2017, quando promoveu dezenas de atividades ligadas ao ambiente, nas quais participei e que, com frequência, contaram com a presença do Sr. Presidente, Dr. Ricardo Rio. Lamento que: - o papel que o Sr. Vereador Altino Bessa teve nesse período tenha sido desvalorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, de acordo com a resposta que enviou à Comissão de Moradores; - apesar de Braga ter uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, o Sr. Presidente não valorize este espaço público com*

potencial para absorção de água em dias de pluviosidade extrema, onde, em breve, seria possível ter uma área arborizada que permitisse bem-estar, em dias de calor extremo, tanto a residentes como a quem, no futuro, se dirigir para o Parque Verde das Sete Fontes; - num momento em que outros países criam condições para o Restauro da Natureza (como referiu a ASPA recentemente), Braga aceite a entrega de um espaço verde público, com potencial ambiental, a uma empresa, para benefício privado. Assim, resta-me perguntar: 1. Qual a posição do Eng.º Altino Bessa quanto à entrega deste espaço verde a uma empresa privada, uma vez que foi o promotor da florestação dessa área, em 2015? E BEM. 2. Se o Sr. Presidente da Câmara sente que tomou uma decisão acertada, uma vez que um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável tem em vista garantir “Cidades e Comunidades Sustentáveis”? 3. Qual a opinião dos Senhores Vereadores, em especial os do PS e da CDU, sobre este assunto, sabendo que a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas deve ser orientadora das decisões para o município de Braga e a área verde por habitante é, ainda, excessivamente reduzida?”. O cidadão Miguel Lopes prosseguiu com a sua intervenção dizendo ainda: “faço aqui esta pergunta que já foi respondida pela intervenção que tiveram ali os representantes da oposição que é a opinião deles, portanto eles já se manifestaram. Queria acrescentar aqui que estas chuvadas que na semana passada têm ocorrido um pouco por todo o mundo com as zonas de catástrofe nomeadamente no Brasil e outros países e que em Portugal também temos esse problema, o meu conselho é que sendo uma cidade relativamente pequena os danos tenham sido mais na zona agrícola do que na cidade, foi público as televisões todas mostraram as enxurradas que vinham com aquela intensidade grande, se essa situação tivesse ocorrido em Braga pelo mesmo período eu garanto que estaríamos a falar não de danos na agricultura mas nomeadamente em danos nas infraestruturas que têm sido construídas ao longo dos anos. Nas várias intervenções que tenho vindo a fazer nas reuniões de câmara sobre as questões ambientais eu reformulo sempre uma questão, a água vem sempre de cima mas ela para lá chegar vem da base e todos nós que andamos aqui a falar do rio este, o rio este não tem problema algum, a única coisa que o rio este tem é as nascentes e ribeiras que vêm trazer a água toda para o rio. Se a cidade não tivesse a impermeabilização que tem, se as ribeiras tivessem todas limpas e feito bacias de retenção, por outro lado tem a ver com a própria construção, continua-se a construir em zona onde não existe água. Um prédio que esteve 10 anos para resolver um problema que não tinha solução acabaram por meter betão para que a água não entrasse lá dentro. A questão que eu pergunto é quando se fala em dinheiro fala-se naquilo que é o dinheiro das receitas, em termos de gastos em situações extremas como temos tido nestas últimas semanas que felizmente não tocou aqui a Braga, tivemos a sorte de a água não se projetar aqui na zona de Braga e por isso é uma sensação que eu tenho de completa, enfim, repugnância com a forma como se olha para

as questões ambientais. Nós continuamos dependentes das ações do homem em relação àquilo que pode minimizar os efeitos que estas catástrofes nos têm trazido, o valor neste momento que se consegue quantificar não tem números, este é o reparo que eu faço". -----

*----- Por fim tomou a palavra a cidadã **Rita Fernandes**, que procedeu à leitura de documento relativo a:*

“Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio. Senhoras e senhores Vereadores. Antes de mais, permita-me que inicie a minha intervenção questionando a forma como o Sr. Presidente da Câmara colocou a questão da extemporaneidade da reivindicação do espaço verde na rua Luís Soares Barbosa. Será que só pelo facto de se cumprir os procedimentos e as tramitações obrigatórias, isto demite o município do dever de avaliar se as suas decisões correspondem, ou não, às legítimas expectativas dos seus representados? Expectativas essas, alimentadas pelo próprio município através de declarações públicas e consolidadas pela natural percepção de quem vive ou frequenta o local que ao longo de vários anos assumiu aquele espaço verde como parte integrante e inquestionável deste bairro. Consolidadas pelo investimento no cuidado do município com aquele espaço. Será que o Município não tem ao seu dispor ferramentas para promover o envolvimento da população no processo de decisão, neste aspeto tão importante para a qualidade de vida e do espaço público, como é o caso da manutenção, ou não, de um espaço verde? Para isso, com certeza, não será necessário recorrer a nenhum referendo. Mas pretender reduzir o debate público, sobre o futuro do concelho, a episódios quadrienais que perpetua um modelo que anestesia a sociedade civil, limitando a sua ação ao ato do voto, só alimenta o descontentamento e a frustração. Posto isto, consideramos profundamente redutor restringir este debate ao facto consumado, da decisão já tomada e aprovada, ou dos custos inerentes à reversão do processo. Isso, quando é evidente o descontentamento da grande maioria dos residentes nas imediações do eventual equipamento desportivo da Supera. Aos quais somam muitos Bracarenses, que olham para este caso como mais um exemplo da imposição dos interesses imobiliários sobre tudo o resto. Não é necessário argumentar com as questões das alterações climáticas para perceber a importância dos espaços verdes. Estes fazem parte da história da humanidade há milénios, seja através do primordial jardim do Éden ou dos jardins suspensos da Babilónia, atravessando culturas e continentes. Infelizmente a cidade de Braga, também com o legado histórico de referência, passou as últimas décadas a desprezar este fundamental elemento da composição urbana. Face a tudo isto, questionamos o Sr. Presidente e restantes membros do executivo se aceita reunir com os moradores no espaço verde da Rua Luís Soares Barbosa? para entender as nossas motivações e perceber a importância deste espaço verde, não só para o nosso bairro, mas para a cidade de Braga. Comissão de moradores Rua Luís Soares Barbosa.

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que em resposta aos três intervenientes afirmou que, aquele loteamento não estava em discussão, uma vez que tinha sido celebrado um contrato e aprovados processos de licenciamento municipais para o projeto avançar, o que irá acontecer assim que o concessionário o entender. Referiu ainda, que o Vereador Altino Bessa teve uma “atitude meritória ao fazer a plantação de árvores naquele local uma vez que era um espaço abandonado e sem uso”. Informou ainda, que as árvores ali plantadas iriam ser reaproveitadas para aquele e outros locais. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 12h e 15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----